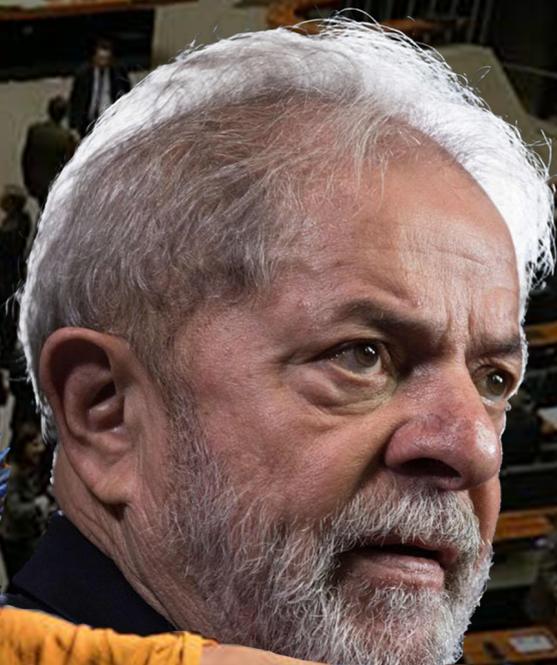


O MOMENTO

DIÁRIO DO POVO



**DERROTAR O FASCISMO E A
CONCILIAÇÃO DE CLASSES**

PG.2

PG.5

**ENTREVISTA DO MOMENTO
CAROLE BOYVE DAVIES**

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DE POÇÕES - BAHIA**

PG.10

PG.13

**LENIN - IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO
E PODER POPULAR**

**BAHIA: ENTRE O SINCRETISMO E
O RACISMO RELIGIOSO**

PG.16

PG.18

**SUCATEAMENTO E ENCARECIMENTO DO
TRANSPORTE PÚBLICO EM SALVADOR**

**EDUCAÇÃO PÚBLICA
NA BAHIA**

PG.20

PG.22

**WALTER FIRMO: NO VERBO DO SILÊNCIO,
A SÍNTESE DO GRITO**

DERROTAR O FASCISMO E A CONCILIAÇÃO DE CLASSES



Foto: Sérgio Lima

Por Milton Pinheiro

Vamos em um grupo cerrado por um caminho íngreme e difícil, de mãos fortemente dadas. Estamos cercados de inimigos e temos de caminhar sob seu fogo. Estamos unidos por uma decisão tomada livremente, justamente para lutar contra os inimigos e não cair no pântano vizinho, cujos habitantes desde o início nos condenam por termos constituído um grupo à parte e por termos escolhido o caminho da luta e não o caminho da conciliação.

Lênin, em *O que fazer?*

Estamos sediados em um período histórico marcado por uma profunda derrota estratégica. As massas populares e a classe trabalhadora não conseguem desvelar a cena política da atual quadra histórica e sucumbem diante do projeto da direita e até do neofascismo, que, em última instância se apresenta ridiculamente como antissistêmico. Existe no tempo presente uma sedução neofascista sobre a classe trabalhadora (que foi devastada pelos ajustes fiscais) e setores empobrecidos da população.

Em grande parte da Europa, Índia, EUA, etc., o crescimento do neofascismo tem fincado raízes obscurantistas e nefastas para se contrapor a qualquer cultura progressista, que, de forma ainda muito tímida, postula defender os direitos da classe trabalhadora, levando em consideração o seu novo perfil: populações negras, periféricas, mulheres, povos originários e comunidades LGBTs. Isso se comprova quando a direita e o neofascismo ganham espaço político diante da capitulação de setores progressistas e sociais-

democráticos à lógica do Estado mínimo.

Mas não é tão somente nesses territórios, anteriormente citados, que a direita e o neofascismo ameaçam aquilo que definimos como progressista para a humanidade. No Brasil, pós derrota eleitoral do bolsonarismo, mesmo com o mínimo patamar de votos, o governo da coalizão burgo-petista segue o trágico caminho da capitulação à ideologia neoliberal da austeridade fiscal. Essa política sabota o avanço das lutas populares e proletárias, trazendo reforço ao discurso da extrema direita de perfil neofascista ou não.

Com o fim do primeiro ano do terceiro governo Lula, as indicações da luta política afirmam que nem a tradicional mediação da conciliação de classes lulista teve espaço em 2023. O projeto burguês venceu sem a mínima presença de qualquer contenção da social-democracia tardia ou de qualquer ato mais sério do governo petista. É relevante citar, para que não paire dúvidas, que não é o governo que vai representar os interesses da classe trabalhadora. Contudo, diante de um discurso difuso que é ejaculado pelo PT, PC do B e segmentos importantes do PSOL, perpassa a noção de que o governo de Lula teria também esse papel.

A coalizão burgo-petista conformou-se serenamente no poder. Por um lado, as forças da centro-direita e a direita no parlamento estão muito confortáveis com a postura do governo e sua forma inerte de fazer política. No outro canto do governo, forças sociais



EDITORIAL

democráticas fingem que o país está avançando e que o principal é ganhar eleições. Mas, também consideram, para efeito de informação na esquerda da ordem, que determinantes políticas minimamente focalizadas são importantes para o desenvolvimento de seus projetos político-eleitorais e suas relações com o povo...

A forma inerte que o governo do PT manuseia o fazer política e sua incapacidade de se dirigir ao povo para questionar os entraves feitos pela direita aliada no parlamento, tem permitido enormes desgastes diante do conjunto da população. A opção tática da base social democrática é não fazer a disputa. Portanto, o que tem sido a política do governo da coalizão burgo-petista? Vamos analisar alguns poucos pontos.

O governo Lula avançou na oferta de espaços para controle da direita dentro da estrutura do Estado (ministérios, CEF, autarquias, cargos comissionados em profusão). No entanto, essa condescendência fisiológica no balcão de negócios do parlamento, não tem garantido ao governo qualquer apoio mais forte nas votações. O papel de primeiro-ministro de província, exercido pelo presidente da Câmara dos Deputados, diante da incapacidade do governo, tem colocado em risco o país e facilitado a ação política do neofascismo.

Através do aliado Artur Lira, o projeto burguês das contrarreformas tem avançado no parlamento (reforma administrativa, possibilidade de nova reforma da previdência, etc.). Toda uma operação articulada de ataques aos interesses públicos tem avançado (marco temporal, política de agrotóxicos, etc.). Algum muro de contenção, organizado pelos instrumentos do PT, CUT, CTB, PC do B e segmentos governistas do PSOL foram levantados?

A relação do governo com a direita no parlamento (vulgarmente chamada de Centrão) tem imposto derrotas à classe trabalhadora e ao povo em geral. O melhor exemplo dessa relação é o orçamento aprovado para 2024, quando para preservar os interesses do Centrão foram feitos profundos cortes no orçamento do ano corrente.

A violência dos cortes fortalecerá o discurso da extrema direita e o neofascismo quando o caos social se apresentar. Foram cortados 6,3 bilhões nas obras do PAC; 4,1 bilhões no projeto Minha casa-Minha vida; 4,9 bilhões no geral do orçamento dos ministérios. O salário mínimo desceu do projetado R\$ 1.421,00 para R\$ 1.412,00, como se R\$ 9,00 não fizesse diferença para essa faixa de trabalhadores/as.

A saúde perdeu 851 milhões, dentro desse corte 336, 9 milhões eram para a farmácia

popular. Em um país de vida urbana caótica e acidentada, o ministério das cidades perdeu 336 milhões, dos quais 49 milhões eram para a defesa civil (mesmo com os desastres climáticos que estamos assistindo regularmente pela televisão).

A educação foi atingida em 320 milhões, sendo que dentro desse montante houve o corte de 40,3 milhões para bolsas no ensino superior e 25,9 milhões para os livros didáticos. Tudo isso, mesmo com o rotineiro discurso do presidente de que educação não é gasto e sim, investimento.

Toda essa lógica de cortes sociais e humanitário, com completo desrespeito ao conjunto dos interesses nacionais e as necessidades do povo em geral, o orçamento contemplou – destinando, pasmem, 53 bilhões para emendas parlamentares (foco ad infinitum de corrupção e em ano de eleições municipais) e quase 5 bilhões para o fundo eleitoral deste ano (cujo maiores beneficiados são o PL e o PT).

Mas, no quadro da atual política do governo ainda existem cenários de muitas preocupações. Apesar dos militares, enquanto burocracia de Estado, serem historicamente golpistas no Brasil, o governo Lula, mesmo após o 08/01/2023, começou a premiá-los com cargos no governo e benesses.

Existe um golpismo encastelado nas forças armadas. A forma como a memória do golpe burgo-militar de 1964 é tratada pelo governo estimula a ação subterrânea dos golpistas. Não existe enfretamento ao rebotalho militar golpista. Tem que existir ações que modifiquem essa realidade. Precisamos mudar nomes de prédios e logradouros públicos, devemos recriar a comissão de mortos e desaparecidos, é urgente rever a lei da anistia. Por fim, em última instância, é necessário enfrentar o neofascismo nas forças armadas.

As últimas informações sobre a relação do neofascismo bolsonarista com a ABIN, e a cumplicidade dessa última com o GSI, deve servir de exemplos para sérias medidas do governo. As forças da esquerda revolucionária, segmentos progressistas e democráticos devem denunciar no Brasil e no mundo o papel dos neofascistas dentro dos órgãos de segurança. E, para além disso, é importante que o governo Lula corte relações com os setores de segurança de Israel, que estimulam os serviços de espionagem no Brasil. Segmentos esses que sempre estão a serviço do neofascismo e da extrema direita.

Enfrentar nas ruas o neofascismo é a lógica que deve mobilizar a esquerda revolucionária, suas organizações e aliados. Hoje, se faz necessário constituir um amplo instrumento de frente única desses setores político-sociais.



Mas, não podemos deixar de compreender que onde a social-democracia capitula à ordem da ideologia neoliberal da austeridade fiscal, a classe trabalhadora e segmentos populares são seduzidos pelo projeto da extrema direita e do neofascismo.

O mapa da desmobilização da classe trabalhadora e dos setores populares deve ser a preocupação das forças políticas e sociais que querem colocar em movimento a classe que vive da venda do seu trabalho. Ter palavras de ordem que atinjam a subjetividade dos subalternos, organizar um programa mínimo que consiga derrotar o neofascismo e superar a conciliação de classes, esse deve ser o papel fundamental da vanguarda, para que, a partir de dentro da contrarrevolução, possa construir os caminhos da revolução brasileira.



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição*

Antonio Leandro Fagundes Sarno, Muniz Ferreira, Amanda Neves, Gabriel Pereira e Pablo Gabryel

Jornalista responsável

Milton Pinheiro MTB 72.595/SP

Conselho de Redação

**Bernardo Ramos, Guilherme Corona,
Milton Pinheiro e Rômulo Caires**

Editor

Rômulo Caires

Diagramação e Capa

Guilherme Corona

Revisor responsável

Bernardo Ramos

* Os textos dos colaboradores não refletem necessariamente a opinião do Conselho de Redação e são de inteira responsabilidade desses.

ENTREVISTA DO MOMENTO

CAROLE BOYCE DAVIES



Foto: Cornell University

Por Milton Pinheiro

O Momento: Professora, quais são as influências de sua origem caribenha-americana em sua trajetória intelectual e em sua postura política radical?

Caroline Davies: Minha origem caribenha tem sido absolutamente fundamental para quem sou, como eu abordo a educação, a vida acadêmica, a família, os colegas e todo o conjunto de experiências que me definem. O aspecto americano dessa identidade foi talvez aditivo inicialmente, mas agora é totalmente constitutivo por algumas razões. Em primeiro lugar, está a compreensão de que, quando penso no que é definido como americano (já consciente do erro colonial na definição da nomenclatura), de uma maneira mais avançada, inclui a América do Norte, Central e do Sul, na qual o Caribe também está localizado ou continuamente em interação com as Américas, conforme o acadêmico cubano José Martí definiu em "Nuestra America". Como tal, trabalhar através das formas como nos autodenominamos e/ou como eu me denomino em relação aos meus vários lugares de vida, "Caribenho-Americano" oferece uma perspectiva mais ampla do que qualquer um desses termos separadamente. Além disso, aprendemos cada vez mais como os caribenhos influenciaram o que é identificado como América do Norte e de fato a transformaram politicamente, culturalmente e socialmente. Eu nasci em Trinidad e Tobago, e quando eu buscava descrevê-lo do ponto de vista do Brasil, era identificada como a primeira ilha que você encontra quando olha a partir da América do Sul, e o inverso é a descrição do ponto de vista do norte. Na verdade, estamos a aproximadamente onze milhas da Venezuela, e uma vez que pesquisei, foi descrito como zero milhas náuticas. Essa proximidade historicamente significou uma grande interação entre o que agora são as Américas, desde os indígenas Caríbdis ou Kalinago que ainda vivem em Trinidad até os Tainos e vários povos nativos dos EUA.

Quanto à postura política radical, muitas vezes identificada com o Caribe, alguns dizem que é essa mesma proximidade com a América do Sul que criou um povo aberto a diversas correntes,

oceânicas, educacionais e políticas. Trinidad foi uma colônia espanhola, embora administrada posteriormente pelos franceses e depois pelos britânicos, e muitas vezes os africanos que viviam lá não tinham gerentes reais de plantação, então constantemente resistíamos à dominação. Assim, para escritores como Earl Lovelace, a resistência está incorporada na identidade de muitos caribenhos, influenciada pela primeira Revolução Haitiana contra a escravidão (1804), que criou o Haiti e várias outras versões em todo o Caribe. Mas, mais particularmente, os projetos políticos como o Pan-Africanismo não ocorreram apenas como movimentos políticos, mas podem ser ouvidos preliminarmente como proto-Pan-Africanismo em canções desejando essas conexões, contos populares de voltar voando para a África e movimentos religiosos como no Brasil, como o candomblé, no qual os orixás africanos fazem sua presença e incorporam realmente sujeitos caribenhos em rituais espirituais; tradições de carnaval que consistentemente resistem aos modos colonialistas e desafiam hierarquias e "ocupam espaço", reinterpretando tradições africanas de mascarar e música em cada nova localidade, desde a criação da Steelband em Trinidad e até tradições de música e moda na Jamaica; padrões culinários de temperar e condimentar alimentos que se irradiam para fora, como indico em meu livro "Caribbean Spaces" (2013).

OM: Um dos temas de sua extensa pesquisa é "estudos de mulheres e gênero". Quais são os elementos centrais que nos permitem entender esse tema?

CD: Em meu livro mais recente, "Direitos das Mulheres Negras. Liderança e as Circularidades do Poder" (2022), eu utilizo a lógica de "metade do mundo", popularizada por Claudia Jones como sua própria formação teórica e usada como título para sua coluna de jornal na década de 1950, antes da Década da Mulher das Nações Unidas popularizá-la. O argumento é que as mulheres constituem metade do mundo e, como tal, têm direito a metade dos recursos do mundo e metade das decisões sobre como esses recursos são gastos e onde são enfatizados. A parcela demográfica mundial em

que as mulheres são consistentemente identificadas entre 49,6 e 51% do mundo, de acordo com avaliações das Nações Unidas e outras populações, serve como base legítima para a igualdade e, acima de tudo, para o acesso a pelo menos metade dos recursos e estruturas representativas do mundo. Na formulação de Claudia Jones, conforme descrito em meu livro "À Esquerda de Karl Marx. A Vida Política da Comunista Negra Claudia Jones" (2007), enquanto para Claudia Jones, a lógica de "metade do mundo" carregava a assertiva essencial materialista-feminista de que "as mulheres compõem metade da população mundial e, como tal, precisam ser representadas de forma semelhante em termos de recursos, acesso e identificação", isso acaba sendo uma questão prática de distribuição e, portanto, da necessidade, no mínimo, de paridade. Em outras palavras, a formulação de "metade do mundo" nos lembra que ainda estamos negociando os direitos da "metade do mundo" serem participantes plenos no mundo em que vivemos. Portanto, em meu trabalho atual, defendo que não podemos nos satisfazer apenas com um ou dois representantes nominais na política, mas devemos estar sempre defendendo a metade como padrão. Os Estudos de Mulheres e Gênero consistentemente argumentam que não podemos reivindicar uma representação democrática plena quando as mulheres não fazem parte das negociações padrão em todos os níveis. Assim como existe a supremacia branca, existe a supremacia masculina. Grande parte do trabalho inicial sobre mulheres negras e estudos de gênero tratava das questões de representação na literatura, na vida social, cultural e política. Grande parte da pesquisa sobre representação é de fato, onde muitos de nós começamos, indo além de afirmar que as mulheres tinham identidades culturais diferentes dos homens, passando pela Teoria da Perspectiva (Standpoint) e uma grande quantidade de trabalho para afirmar, definir e criticar a política feminista. Mais recentemente, questões de sexualidade e afirmações LGBTQ trouxeram à tona outras posições submersas, todas afirmando os direitos de viver no mundo sem medo de perseguição, subordinação ou apagamento. Atualmente, novos trabalhos sobre feminismo negro de esquerda ou trabalhos ativistas negros de esquerda, como os de Charisse Burden Stelly e Jodi Byrd, "Organize, Fight, Win": Escritos Políticos de Mulheres Comunistas Negras (2022), nos fornecem material adicional para estudo. Eu ministrei um curso de estudo de pós-graduação em Feminismo Negro Decolonial para destacar parte das novas pesquisas e indicar que o trabalho sobre feminismo negro avançou desde sua inserção inicial para incorporar algumas vertentes diferentes.

OM: Na cena internacional, como é a produção intelectual de mulheres negras?

CD: Uma biblioteca substancial de materiais foi adicionada em todos os campos, marcando o início na década de 1980 com o surgimento dos Estudos de Mulheres Negras e da atividade feminista negra nos Estados Unidos. No entanto, a linha do tempo precisa ser ajustada, pois movimentos semelhantes estavam ocorrendo em países africanos durante os movimentos de independência, muitas vezes com grande participação das mulheres, na década de 1960, com o envolvimento das mulheres nas lutas de libertação. Assim, no Quênia, Gana, Nigéria, escritoras como Mice-re Mugo, Molara Ogundipe, Ama Ata Aidoo, duas das quais perdemos em 2023, eram jovens mulheres na década de 1960, de uma geração que consistentemente esclareceu o papel das mulheres na formação desses países. Elas escreveram poesia, peças, artigos; criaram organizações como AAWORD no Senegal, WIN na Nigéria,

para promover um discurso sobre as mulheres. Na África do Sul, as mulheres foram fundamentais para as lutas de libertação, incluindo o ativismo heroico de Winnie Mandela e as mulheres que lutaram contra o apartheid quando os homens estavam no exílio ou detidos. Muito trabalho novo esclareceu que a influência não veio apenas da Europa ou dos Estados Unidos, mas foi gerada pelo fato de que as mulheres estavam envolvidas em movimentos de libertação em todo o continente. Eu documento parte desse trabalho em meu livro mais recente "Direitos das Mulheres Negras" (2022), especialmente nos Capítulos 2, 3 e 4. Revistas como Feminist Africa têm sido locais intelectuais para a publicação de trabalhos nas áreas de ciências sociais que documentam os papéis das mulheres em suas sociedades. Novos livros sobre liderança feminina, como os da historiadora Nwando Achebe "Monarcas e Rainhas Comerciantes Femininas na África" (2020), reexaminam o papel das mulheres historicamente como monarcas, sacerdotisas, líderes em geral. O recente surgimento de filmes sobre mulheres-reinas captura parte desse trabalho intelectual. Mas, significativamente, os escritores criativos têm avançado muito dessa discussão consistentemente em um quadro que chamo de liderança literária feminista. A Africa World Press, sediada em Nova Jersey, África do Sul e Etiópia, publicou uma variedade de coletâneas editadas que fornecem perspectivas emergentes sobre várias escritoras. A pesquisa nos Estados Unidos tem sido substancial, com pelo menos três gerações de estudos em diversas áreas, reexaminando o feminismo a partir de uma lente decolonial, avançando questões do radicalismo negro no que diz respeito às mulheres, como Charlene Carruthers em "Inapologética: Um Mandato Negro, Queer e Feminista para Movimentos Radicais" (2018), fornecendo nova linguagem teórica como misogynoir (algo como misoginia negra), misoginia manifestada na experiência das mulheres negras, que inclui as combinações de racismo e sexismo em relação à forma como as mulheres negras são tratadas em culturas sobrepostas, e, é claro, o trabalho de Kimberly Crenshaw no campo jurídico e seu avanço da teoria da interseccionalidade, agora aceita como linguagem conceitual em diversos contextos. O Caribe também viu um aumento significativo em uma geração de novos escritores criativos, ganhando importantes prêmios por meio de estruturas organizacionais como o Prêmio Literário BOCAS, sediada em Trinidad, e o festival de escritores Calabash na Jamaica. A Associação de Escritoras e Acadêmicas Caribenhas, da qual fui uma das fundadoras, realizou recentemente sua conferência na Costa Rica e homenageou uma escritora/ativista política chamada Eulalia Bernard (1935-2021), que estava no mesmo patamar de ativistas afro-brasileiras como Lélia Gonzalez. Em Londres, "Filhas da África" de Margaret Busby tem sido formidável em suas versões inicial e revisada (1994/2019).

OM: Quais são as principais questões dos estudos da diáspora africana na literatura e cultura?

CD: Preencher consistentemente as lacunas em nosso conhecimento permanece primordial, especialmente porque lidamos com a compreensão de que a Diáspora Africana é global. De forma relacional, entender nossas conexões, similaridades e diferenças continua sendo uma tarefa crucial. A Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (ASWAD), que se reúne bi-anualmente, tem como tarefa o avanço desse conhecimento. E definitivamente, resistir contra as tentativas de apagamentos e distorções provenientes de vários governos de Estado nos mantém consistentemente cientes de que esses ganhos de conhecimento não devem ser dados como garantidos. Quando editei uma cole-



tânea intitulada "Enciclopédia da Diáspora Africana" (2008), só nos foi permitido ter 3 volumes. Claramente, há uma possibilidade para um alcance mais extenso do que se pode imaginar, e, na verdade, isso exige o trabalho de uma comunidade global intelectualmente diversa. As novas tecnologias virtuais online nos permitem ter uma visão mais abrangente para uma nova geração de conhecimento. A UNESCO recentemente publicou seu volume sobre a Diáspora Africana editado pela historiadora brasileira Vanicleia Silva Santos. Dado que a produção é multilíngue, isso será uma fonte de novas informações com impacto extensivo em espanhol, francês, português e inglês.

Para este Volume 10 da série História Geral da África da UNESCO, tive o prazer de editar uma seção sobre "Negritude Global", que incluiu os seguintes temas:

- Negritude Além dos Estados Unidos: Compreendendo Novas Definições Diaspóricas (Michelle M. Wright)
- Conceitualizando Representação de Cor na Antiguidade: De Kmt, O Mundo greco-romano à Idade Média (Amon Saba Sakana)
- Norte da África e as Origens da Negritude Epistêmica (Jesse Benjamin)
- O que está em um Nome? Complicações da Negritude e Definições Afrodescendentes na América Latina e no Caribe de Língua Espanhola (Augustín Laó-Montes)
- Tornando-se Negro: A Longa Busca por Identidade Racial no Brasil (Elaine Rocha)
- O Oceano Índico como Campo Diaspórico (Françoise Verges)
- Diáspora Africana no Sul da Ásia: Uma Perspectiva Teórica (Shihan de Silva Jayasuriya)
- Negros/africanos na China: Processo Histórico e Experiência Diaspórica (Anshan Li)
- Ser Negro na Austrália (Karina Smith, Christopher Sonn e Tracey Cooper)
- Transnacionalismo, Diásporas e a Diáspora Africana: Algumas Considerações Teóricas (Harry Goulbourne)
- Economia da Diáspora Africana Transatlântica (Joseph E. Inikori)
- Reflexões sobre Indigeneidade e Pertencimento Africano no Caribe e nas Américas (Shona N. Jackson)
- Epistemologias de Estudos Negros nos Estados Unidos da América (Charisse Burden-Stelly)
- Feminismo Transnacional para uma África Global (Amina Mama)
- Genealogias Intelectuais de Negra/Queer/Diaspora (Jafari S. Allen)
- Genealogia de uma Retórica Discriminatória no Mundo Árabe-Muçulmano Clássico (Salah Trabelsi)

Finalmente, em termos de cultura popular, as comemorações deste ano do aniversário do movimento Hip Hop também têm impacto na produção cultural oral desse movimento cultural, com seu alcance criativo e político internacional, tornando-se clara-

mente um fenômeno diaspórico africano com criatividade em toda a Europa, África, Caribe, América Latina e Brasil.

A Diáspora do Oceano Índico é uma área menos conhecida e discutida, mas digna de uma incorporação substancial no pensamento geral sobre comunidades mundiais além das diásporas atlânticas (norte e sul). De fato, toda a costa leste da África, Tanzânia, Quênia, Etiópia e os países do norte da África precisam de mais trabalho, assim como as comunidades em todo o Oriente Médio. Sim, existem afro-palestinos.

OM: Como você observa, diante do crescimento da participação feminina na política, o avanço das lutas de gênero e como essas lideranças tem se comportado?

CD: Embora meu estudo tenha se concentrado em mulheres negras e liderança política, existem várias áreas adjacentes por meio das quais também se pode estudar as trajetórias de liderança das mulheres negras. Perfis de mulheres negras e de lideranças estão disponíveis na religião, entretenimento, especialmente nas indústrias de cinema e música, instituições acadêmicas e, definitivamente, no ativismo ao nível de base nas comunidades, ou ao nível local e nacional. Cada uma dessas áreas merece e, eventualmente, terá seus próprios estudos ao longo do tempo. Várias autobiografias de mulheres negras no entretenimento, como Grace Jones, "I'll Never Write My Memoirs" [Eu nunca escreverei minhas memórias] (2016), ou a subsequente de Cecily Tyson, "Just As I Am: A Memoir" [Simplesmente como eu sou: uma memória] (2021), também merecem estudos mais aprofundados.

Minha própria experiência pessoal como mulher negra lidando com algumas dessas mesmas questões de desigualdade na academia de certa forma estimulou meu estudo. Isso foi documentado em meu artigo disponível online sobre "A Persistência do Sexismo nos Estudos Africanos", que, de muitas maneiras, incluiu que os contextos institucionais mais amplos, com suas estruturas e expectativas racializadas e de gênero, de fato facilitaram ou continuam a apoiar esses processos dominados por homens, mesmo às vezes com mulheres brancas no comando dessas instituições acadêmicas. Mulheres negras no corpo docente de várias universidades que levantam questões de misoginia ou misogynoir muitas vezes são vistas como não agindo como colegas e, portanto, sendo elas mesmas o problema, em oposição à liderança masculina recalcitrante e às vezes incompetente. Minha posição é que, da mesma forma que as pessoas brancas se beneficiam da supremacia branca mesmo quando não estão praticando diretamente, mas têm ancestrais que se beneficiaram e transmitiram, os homens negros adquirem liderança e os benefícios da supremacia masculina de maneiras semelhantes. Homens negros na África e na Diáspora Africana são, portanto, culpados se não estão ativamente, assim como em suas acusações contra o racismo, resistindo e desafiando essas formas de opressão de gênero. A misoginia e o sexismo, ou no termo de Moya Bailey, misogynoir, estão embutidos nessas instituições em que trabalhamos e às vezes são intensificados ou praticados, mais ou menos, de várias maneiras em departamentos acadêmicos, governos, empresas, indústrias, dependendo das histórias institucionais.

OM: Você é autora de vários livros, poderia falar sobre seu último livro "Black Women's Rights" [Direitos das Mulheres Negras]?

CD: "Direitos das Mulheres Negras e as Circularidades do Poder" é estimulado, em parte, pelo título, por uma conversa que tive

a sorte de ter com a ex-presidente liberiana Ellen Johnson Sirleaf em 2018, na qual, quando perguntei a ela sobre mulheres e liderança, ela respondeu: "Sim, queremos o Poder e, se pudermos conseguir, a liderança." Ela sentiu que as mulheres não deveriam recusar nunca se lhes for oferecida uma opção de liderança, já que os homens raramente recusam essas oportunidades, estejam ou não credenciados, ou preparados. Embutida nessa declaração, no entanto, está uma sutil distinção entre liderança e poder. Mas há também a coletânea editada de Eudine Barriteau, "Love and Power: Caribbean Discourses on Gender" (2012), que aborda a questão do poder também em seu título, articulando ao mesmo tempo, um conceito de poder mitigado pelo amor. Meu trabalho examina as articulações dos discursos de "Metade do Mundo" em textos de caráter legal, políticos, sociais e criativos em uma variedade de localidades africanas e da diáspora africana selecionadas, orientado pelos locais que visivelmente promoveram mulheres em posições de liderança e organizações comparáveis de direitos das mulheres. Era importante ser afirmativa e buscar essas compreensões do que acontece quando as mulheres são capacitadas, em vez de justificar inclusões de menor importância ou como "tokens", meramente simbólicos, de uma ou duas mulheres em posições de liderança, em representações em organizações, conselhos, tribunais supremos e outras posições que impactam, mas muitas vezes não proporcionam o avanço de uma variedade de processos sociais. No que se refere aos direitos das mulheres negras, o objetivo era examinar a natureza dessas implementações de políticas avançadas por organizações internacionais em vários locais.

Meu livro "Direitos das Mulheres Negras. Liderança e as Circularidades do Poder", de certa forma, foi gerado por uma série de perguntas desenvolvidas no contexto do ensino de um curso sobre esse tema, no qual os alunos fizeram pesquisas identificando mulheres líderes em seus países ou comunidades. Criamos em conjunto um repositório de podcasts de entrevistas com mulheres em muitos locais. Em outras palavras, o que acontece depois que as mulheres alcançam a liderança ainda é material para discussão e estudo contínuos, à medida que avançamos nesse campo em desenvolvimento. Muitas vezes, as qualidades idealizadas afirmadas tendem a desafiar as maneiras como as mulheres continuam sendo representadas. Assim, mantemos uma série de perguntas abertas para mulheres líderes:

- O que é liderança em sua visão?
- Qual é a sua história de liderança? (seu caminho para a liderança)
- Existem questões que você seja mais apta a resolver enquanto mulher? Você utiliza as lentes de gênero ao resolver problemas?
- Como você balanceia sua vida pessoal e profissional? Qual seu conselho para moças jovens que estejam atualmente buscando como podem balancear suas vidas?
- Há diferenças entre a liderança feminina e o uso do poder político por homens?
- Como você descreveria seu estilo de liderança?
- Você se vê carregando adiante algum método tradicional (africano, afro-americano, caribenho ou outro) em seus diversos projetos?
- Você acredita que algo mude ou venha a mudar, quando

mais mulheres chegarem ao poder político?

- Você sente que mulheres em posições de poder passam por escrutínios mais severos em questões como sua competência?
- Com relação à aparência física, vestimentas, família? Você já teve alguma experiência com respostas negativas a você enquanto uma mulher negra, que gostaria de descrever ou dar exemplos?

O processo de desenvolvimento deste trabalho inclui examinar as histórias de vida de mulheres negras que alcançaram liderança política, assim como as questões circunstanciais que as tornaram visíveis. Isso incluiu o estudo da trajetória da primeira mulher a concorrer à presidência nos EUA pela chapa democrata, Shirley Chisholm, e suas duas autobiografias políticas, "Unbought and Unbossed" (1970) e "The Good Fight" (1973). O livro é organizado em capítulos que exploram diversas facetas da liderança feminina em diferentes contextos geográficos.

Enquanto "Unbought and Unbossed" [Não comprada e Não chefiada] se tornou sua marca registrada e, portanto, seja mais conhecida, o segundo livro, "The Good Fight", no qual ela aborda sua campanha política, fornece detalhes adicionais sobre a natureza intrincada de seu próprio processo, pensamento, realizações e inclui textos de seus discursos. O exemplo de Chisholm, à medida que este estudo avançava, claramente teve um papel crucial nas campanhas de mulheres em localidades mais amplas do que os Estados Unidos, impactando o Caribe e a Europa, como evidenciado por Diane Abbott no Reino Unido, que em sua Biografia Autorizada (2020) descreve sua vinda aos Estados Unidos como convidada do Congressional Black Caucus e sendo consistentemente energizada pelo que aconteceu no que diz respeito à posse de funcionários eleitos negros nos Estados Unidos e, sem dúvida, sendo inspirada pela ousadia de Shirley Chisholm. No entanto, ainda há relativamente poucos relatos, seja por elas mesmas ou por outros, de mulheres negras em cargos políticos. Precisamos de muitos mais destes.

O livro, cujo subtítulo define o poder como não estático, mas circular, está organizado da seguinte forma:

- Introdução: "Eu sou os Direitos das Mulheres". Poder e Política de Paridade
- Capítulo 1: Assumindo o Direito à Liderança: Mulheres Negras e Poder Político
- Capítulo 2: Liderança Literária Feminista na Escrita de Mulheres Africanas
- Capítulo 3: Presidente Alternativa: O Desafio de Nomzamo Madikizela-Mandela
- Capítulo 4: "Sim. Queremos o Poder!, Escrevendo a Liderança Política de Mulheres Africanas com Ellen Johnson Sirleaf e Wangari Maathai
- Capítulo 5: Mulheres Negras Lideram o Desejo por uma Transformação nos Estados Unidos: O Papel Pivô de Shirley Chisholm
- Capítulo 6: Avançando Paradigmas de Liderança Global do Caribe
- Capítulo 7: Marielle Franco e a Liderança Feminista Negra na Esquerda no Brasil
- Coda: De Columbia a Cuba; Possibilidades



• Apêndice: Entrevistas e Conversas

OM: Você tem uma presença importante no Brasil, como você avalia as lutas das mulheres negras em nosso país?

Primeiramente, quando cheguei ao Brasil como parte de um grupo de pesquisa no meio dos anos 1990, havia tantos gestos culturais e políticos que eram reconhecíveis para mim, mesmo que eu não falasse português inicialmente. A comida, as pessoas, a vida nas ruas, o carnaval, a sensualidade. Como caribenha, parecia uma extensão de casa para mim, com tantos ecos. Na infância, tenho memórias de ouvir rádio à noite com músicas que vinham do Brasil, então tudo isso era reconhecível, e me apaixonei por um lugar e um povo. Se eu tiver que escolher um segundo lugar para viver, seria o Brasil.

Quanto aos estudos sobre mulheres no Brasil, por muito tempo, "Benedita da Silva: An Afro-Brazilian Woman's Story of Politics and Love" (1997) foi o único texto do gênero no campo do estudo da história política das mulheres afro-brasileiras, assim como "Carolina Maria de Jesus: Child of the Dark" para a literatura. Desde então, impulsionado pelo trabalho de estudiosos como Sueli Carneiro, há mais trabalhos, como alguns livros futuros sobre Lélia Gonzalez e muitas obras literárias com amigos que fiz durante minha primeira visita, como Conceição Evaristo, que agora é um ícone literário brasileiro. Durante minha primeira visita, enquanto procurava escritoras negras, continuavam me dizendo para procurar Toni Morrison, até que comecei a conhecer as escritoras afro-brasileiras pessoalmente, começando com Miriam Alves. Posteriormente, estendi meu ciclo de pesquisa no Brasil para examinar a questão das mulheres, criatividade e poder, e até mesmo examinei um afomé composto apenas por mulheres em Salvador (Filhas d'Oxum) para pesquisa e escrevi um capítulo de livro sobre isso. Também entrevistei mães de santo no Rio de Janeiro e Salvador, pois as via como portadoras de criatividade e poder em sua expressão religiosa. Uma das entrevistas mais memoráveis foi com Iyá Mãe Beata De Iemanjá, uma praticante querida do sistema de crenças espirituais/culturais afro-brasileiros do Candomblé, que havia escrito um livro intitulado "Caroço de Dendê. A Sabertoda dos Terreiros" (1997), além de contos e poemas. Acompanhada pela poetisa e ativista Lia Viera, visitei seu terreiro, o Ilê Axé Omiojuaro em Miguel Couto, Nova Iguaçu, que funcionava como um local de desenvolvimento comunitário e bem-estar juvenil e sustentabilidade. Mãe Beata incorporava de muitas maneiras essa conjunção de criatividade e poder, e a visita incluiu sua leitura de suas obras criativas.

Meu capítulo sobre mulheres e política no Brasil começa afirmando que uma das representações e articulações contemporâneas mais visíveis da liderança feminista negra de esquerda existia na pessoa de Marielle Francisco da Silva, conhecida popularmente como Marielle Franco. Esta ativista política afro-brasileira foi assassinada em 14 de março de 2018, claramente por suas posições políticas avançadas sobre a necessidade de plenos direitos humanos para comunidades historicamente desfavorecidas no Brasil: mulheres negras, os habitantes pobres dos centros urbanos, em grande parte combinações de afrodescendentes e indígenas, as comunidades LGBTQ e trans. Como de costume, o assassinato teve o efeito oposto, pois eliminou sua presença física, mas, em vez disso, avançou, consagrou e estendeu o reconhecimento específico de suas contribuições, e sua presença icônica na história brasileira foi tornada permanente. Em todos os relatórios de notícias, ensaios e análises visuais, seu assassinato a transformou em um ícone formidável. "Marielle Presente!" ou "Marielle Vive!" tornou-

-se o grito em vários eventos comemorativos no Brasil e ao redor do mundo após sua morte. De fato, o significado da vida e da morte de Marielle tornou-se uma presença tangível em uma variedade de projetos em todo o Brasil e em todo o mundo, desde grandes murais até o nome de instituições e projetos e, acima de tudo, a influência.

Reconectar os pontos na liderança feminista negra entre as afro-brasileiras reposiciona necessariamente a importância de Lélia Gonzalez em um momento crítico (especialmente nas décadas de 1960 e 1980) na história do Brasil, mas também como uma importante contribuinte para o pensamento feminista negro em suas dimensões internacionais. Como talvez a única intelectual negra feminista importante da geração de ativistas intelectuais negras dos EUA, Angela Y. Davis, entre seu grupo de intelectuais negras ativistas, Lélia Gonzalez foi citada pela socióloga Flavia Rios como conselheira de Benedita da Silva em seu primeiro mandato legislativo no Rio de Janeiro, mas consistentemente ativada como uma intelectual negra feminista e ativista política. Mas meu capítulo detalha que houve mulheres negras consistentemente envolvidas na vida política no Brasil. Recentemente, recebi um livro sobre Beatriz Nascimento, uma ativista contemporânea de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, intitulado "A Dialética Está no Mar" (2023).

Bio:

Carole Boyce-Davies preside o departamento de Inglês na Universidade Howard e é Professora H.T. Rhodes de Humanidades e Letras (título de professorado concedido e nomeado em homenagem ao 9º presidente de Cornell) e Professora de Estudos Africanos e Literatura anglófona na Universidade Cornell. É autora do premiado "À esquerda de Karl Marx: A vida política da Comunista Negra Claudia Jones (2008)"; A escrita e identidade clássica da Mulher Negra: Migrações do Sujeito (1994); Espaços Caribenhos. Rotas de escape de zonas de crepúsculo (2013) sobre a internacionalização da cultura caribenha: e a história de uma criança bilíngue Caminhando/An Avan (2016/2017) em Kreyol haitiano e inglês. Em adição a centenas de ensaios, artigos publicados e grandes periódicos profissionais. A Dra. Boyce-Davies também publicou quinze edições críticas sobre Africanos, Diáspora Africana e Literatura Caribenha e cultura, como a coleção de dois volumes de escrita crítica e criativa "Movendo-se além das fronteiras" (1995): Dimensões internacionais da escrita da Mulher Negra (volume I), Diásporas da Mulher Negra (volume 2); o terceiro volume Enciclopédia da Diáspora Africana (Oxford: ABC-CLIO, 2008 e Claudia Jones para além do Confinamento: Referências autobiográficas, Poesia, ensaios (2011) e Conexões Pan-africanas (2019). É membra do Comitê científico da UNESCO para a atualização da História Geral da África. Editou o fórum epistemológico sobre "Negritude Global" para o volume da Diáspora Africana e é membra do Comitê Científico do Fórum de Humanidades Africano (baseado em Mali). Sua publicação mais recente "Direitos da Mulher Negra. Liderança e as Circularidades do Poder (2022/2023). Ex-presidente da Associação de Estudos Caribenha que organizou sob sua liderança a primeira Conferência CSA no Haiti em 2016. Seus ensaios e avaliações populares têm sido publicados no The Guardian (Londres), The Washington Post, The Crisis, Ms. Magazine, Jornal Ithaca, The Black Scholar, Miami Herald, Trinidad Express, Trinidad Guardian, Caribbean Today, Caribbean Contact, Newswee.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE POÇÕES - BAHIA



Foto: Tatiana Azeviche/Sectur-BA

Por Antonio Leandro Fagundes Sarno

As comunidades quilombolas são também conhecidas como “Terras de Preto”, “Comunidades Remanescentes de Quilombos”, “Quilombos”, “Comunidades Negras Rurais”, “Terras de Santo”, “Mocambo” e “Terras de Pobre”. Designam grupos sociais descendentes de africanos escravizados trazidos para o Brasil que conseguiram resistir e se rebelar contra o sistema escravista. A origem da palavra está no aportuguesamento da palavra “kilombo”, de origem Quimbundu e “ochilombo”, de origem Umbundu, dos povos Bantos da África que, ao enfrentarem o sistema que os explorava, formaram territórios independentes, tendo como símbolo de autonomia, liberdade, resistência e diferenciação do regime de trabalho escravista, o trabalho exercido de forma coletiva (Berger, 2008). Assim, antes de qualquer representação que se faça sobre esses territórios estigmatizados, as comunidades quilombolas são um enigma justamente por serem contrárias ao modo de vida capitalista. Dessa forma, defendem a manutenção dos valores coletivos como elementos fundamentais para a existência do grupo.

Com a falsa abolição da escravatura no Brasil em 1888, foi implementado um regime de exclusão racial organizado, por

meio de uma legislação cruel que fortaleceu apenas a concentração latifundiária e continuou reduzindo a população negra à condição de sujeitos sem direitos. Para compreendermos a existência das comunidades quilombolas em sua totalidade, é necessário deixar de lado a visão colonialista e capitalista, além de evitar selecionar aspectos específicos e isolados que impeçam uma visão mais ampla dessas formações vivas, históricas e comunitárias.

Na cidade de Poções, localizada no Sudoeste baiano, há cerca de 451 km da capital Salvador, as comunidades quilombolas “Lagoa do João”, “Pimenteiras” e “Vassouras” não se comportam de forma diferente dos demais Quilombos brasileiros, embora possuam algumas características culturais próprias, frutos de um processo de resistência contra a exploração nas antigas fazendas, comércio e residências de escravocratas locais. O seu canto, o seu reisado, a sua religiosidade e o samba de roda causam uma espécie de transe naqueles que participam ou assistem, como se fossem uma celebração da tão sonhada liberdade negada aos seus ancestrais. Mas, para além dos seus aspectos culturais, as comunidades quilombolas de Poções-BA ainda mantêm uma coletividade viva como fundamento da sua resistência,



uma conexão sagrada com valores dos antepassados vindos da grande Mãe África.

A sua cosmovisão é apresentada e representada no cotidiano, mesmo sem conhecerem quaisquer informações sobre suas origens étnicas: Bantos, Iorubás/Nagôs ou Jejes, já não sabem mais. São agora todos/as camponeses/as negros/as ligados/as por uma coletividade ancestral e por um passado de escravidão. Nestas comunidades, as mulheres também ocupam funções de comando em suas associações e são responsáveis por decisões importantes, já que várias etnias africanas eram matrilineares (sistema de filiação em que somente a ascendência materna é levada em conta) e matriarcais (sistema em que a organização social, econômica, política e cultural é formada e criada por mulheres).

Também há uma evidente tolerância religiosa nas comunidades de Poções-BA, pois mesmo que lá existam quilombolas católicos ou protestantes (evangélicos), elas fazem parte do “Movimento Consciência Negra Todo Dia” com outros quilombos e diversos Terreiros de Candomblé e Umbanda da região. As outras comunidades quilombolas que também fazem parte deste movimento negro organizado, são: “Água Doce”, da cidade de Anagé-BA; “Mumbuca” e “Segredo”, ambas da cidade de Bom Jesus da Serra-BA; “Lagoinha de São Bento”, da cidade de Nova Canaã-BA; “Cinzento”, da cidade de Planalto-BA e “Barrinha”, da cidade de Bom Jesus da Lapa-BA. Nas reuniões deste movimento são discutidas questões importantes como o combate ao racismo e à intolerância religiosa, assim como o fortalecimento dos Quilombos e Terreiros enquanto luta de contracolonialidade. A colonialidade não se reduz apenas à classificação sócio-racial, visto que ela marca o seu próprio modo de produção, formando uma relação intrínseca entre racismo e capitalismo (Nascimento, 2020).

Surgindo no período da escravidão, as comunidades quilombolas de Poções-BA somente foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (2011), através da Portaria nº 91, de 17 de junho de 2011. Nenhuma delas foi titulada pelo Estado brasileiro, apesar da determinação constitucional sobre o reconhecimento de ter-

ras quilombolas, prevista no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT (Senado Federal, 1988). Ainda que a atual legislação favoreça o reconhecimento dos direitos territoriais dessas comunidades tradicionais, o seu descumprimento pelo próprio Estado, permeado por uma inércia que parece proposital, é nítido. A impressão que nos deixa é que a simples ideia de um campesinato negro exercendo a propriedade de terras de forma coletiva afronta a noção de propriedade privada e quebra estigmas deixados aos afrodescendentes. Com isso, só resta ao povo negro o exercício da mão de obra dentro da exploração capitalista, amargando o pauperismo num grande exército industrial de reserva, além da errância nas periferias ou mesmo em presídios (Nascimento, 2020).

A verdade é que as comunidades quilombolas são formadas por uma gente brasileira simples e com a Mãe África no seu DNA, abandonadas pelo Estado brasileiro e excluídas de quaisquer processos de discussão de políticas públicas, mas que existem e resistem em meio ao abandono proporcionado pelos interesses da classe burguesa, sempre operante localmente. Um quadro social de total abandono no que diz respeito aos direitos, sem acesso ao saneamento, à moradia digna, à mobilidade rural e urbana, à segurança, às políticas de educação escolar quilombola, inclusive à saúde. Em meio às constantes dificuldades da vida, são sempre solidários aos/às “irmãos/ãs” quilombolas de outras regiões da Bahia e de outros Estados, compartilhando o medo dos constantes conflitos pelos territórios. Sofrem pelas comunidades quilombolas que ainda passam por violência física, psicológica e moral, da iminência de serem expulsos de suas terras, das ameaças, do racismo ambiental e até mesmo de assassinatos, como no caso recente da lalorixá Bernardete Pitanga (Mãe Bernardete), do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho-BA (Poder 360, 2023).

Enquanto o modo de vida e a produção capitalista normalizam a compra do tempo de trabalho, do bem-estar social, da moradia digna, da educação e saúde, nos territórios quilombolas de Poções-BA e região, a coletividade é uma regra de

ouro inquebrável, pois dela dependem a sobrevivência do seu povo e a manutenção de sua cosmovisão. Antes, quando povo escravizado, os seus ancestrais lutavam por uma carta de alforria e, hoje, estas comunidades lutam por uma carta de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares e pela publicação de uma portaria de delimitação de seus territórios pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Nestas comunidades, que preservam grande parte da cosmogonia africana, as teorias burguesas do direito dão lugar aos valores de uma sociedade onde o bem-estar coletivo é fundamental, em que as pessoas se reconhecem e reconhecem os seus lugares de fala, de ação e de escuta. Deve ser por isso que é muito comum ver nas reuniões pessoas compartilhando a mesma mesa para discutir ações e direitos, materializando a justiça de congraçamento entre passado, presente e futuro. Ali ainda arde uma chama viva de Palmares. A maioria dos seus conflitos internos é resolvida entre eles, quando a paz é selada pelos mais velhos.

Nesses territórios e longe da visão colonialista, é possível encontrar gente sendo gente, batendo um bom papo no terreiro em frente da casa e com um cachorro caramelo debaixo do banco de madeira. Os quilombolas da Lagoa do João, Pimenteiras e Vassouras alimentam muito mais que a consciência de classe e raça, pois nutrem a consciência de ser gente, de fazer parte do coletivo e do cosmos. Lá ainda é possível buscar uma xícara de café, de farinha, arroz ou feijão na casa do vizinho, compartilhando aquilo que possui. É lá que as crianças brincam no quintal quando chegam da escola, sentindo o cheiro do amor ancestral na cozinha. Para essas comunidades quilombolas, nem a terra e nem o tempo são mercadorias, aliás, o tempo é para compartilhar com os mais velhos e com as crianças. Deve ser por isso que lá, o tempo parece não passar e, se passa, passa muito devagar. Quando a revolução comunista chegar, com certeza terá como pano de fundo um samba de roda quilombola.

Referências

Berger, Marc. O Quilombo: forma de

resistência histórica dos escravos. Alemanha: GRIN Verlag, 2008.

Fundação Cultural Palmares. Poções – Quilombos Lagoa do João, Pimenteiras e Vassouras. 2011.

Nascimento, Luís Eduardo Gomes do. Os Quilombos como novos nomos da terra: da forma-valor à forma-comunitária. Brasil: Dialética, 2020.

Poder 360. Líder quilombola é assassinada na Bahia. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/lider-quilombola-e-assassinada-na-bahia/>. Publicado em 18 ago. 2023. Acesso em 11 jan. 2024.

Senado Federal. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. 1988. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/604119/publicacao/16434816>. Acesso em: 11 jan. 2024.

LENIN - IMPERIALISMO, REVOLUÇÃO E PODER POPULAR

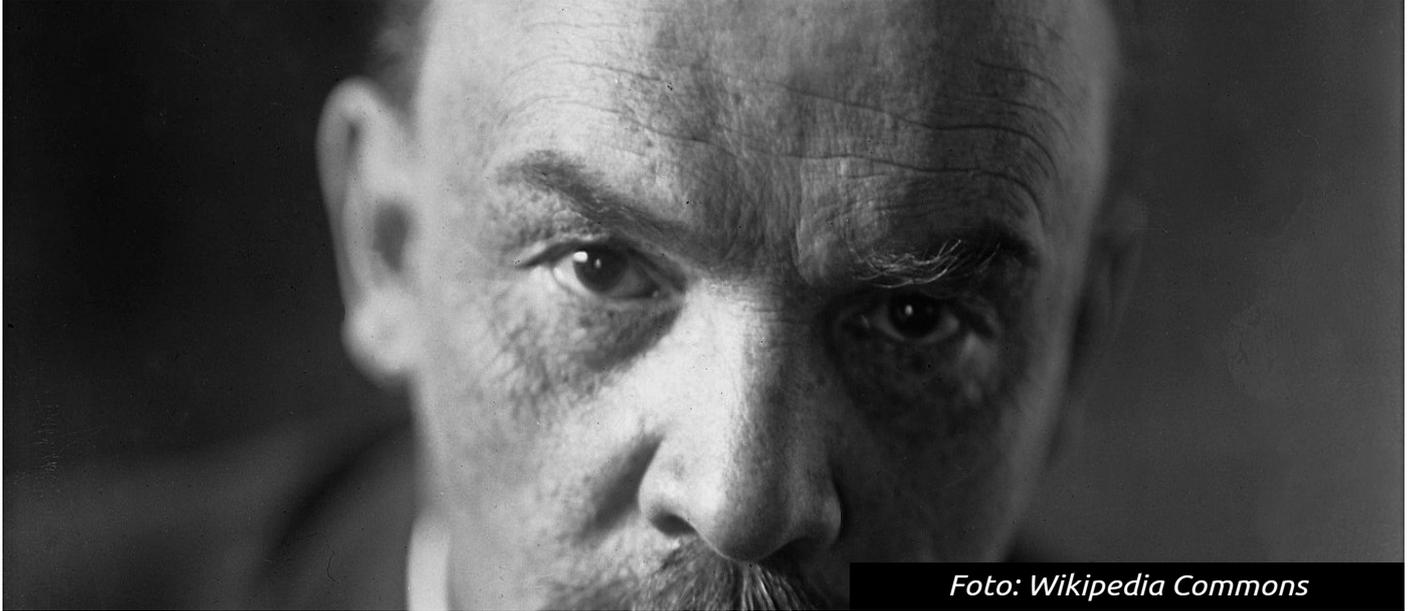


Foto: Wikipedia Commons

Por Muniz Ferreira*

Lenin, cujo nome verdadeiro era Vladimir Illytch Ulianov, nasceu na cidade de Simbirsk (rebatizada em sua homenagem Ulianovsky, em 1924) no dia 22 de abril de 1870, portanto, há 150 anos. Foi, provavelmente, o pensador que, após o desaparecimento de Marx e Engels — fundadores da tradição marxista —, mais contribuiu para o desenvolvimento da teoria e da prática revolucionárias até os nossos dias. Esta contribuição possui um caráter multifacetado e inovador. Lenin retomou, continuou e aprofundou formulações, análises e proposições já realizadas pelos expoentes do marxismo clássico, como o estudo dos processos de formação, circulação e reprodução ampliada do capital, a análise da luta de classes e a projeção das perspectivas da revolução proletária. Conduziu também a reflexão marxista a territórios ainda não frequentados, contribuindo de forma fundamental com a resolução de problemas que Marx e Engels não conseguiram ou não tiveram tempo de solucionar. Entre estes temos, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo nas regiões “periféricas” do planeta.

Marx e Engels, com raras e pouco conhecidas exceções, concentraram atenção no estudo do desenvolvimento do capitalismo nas zonas economicamente mais avançadas do ponto de vista da objetivação histórica deste modo de produção, tomando o Reino Unido como referência fundamental para a elaboração de

O Capital. Lenin, diferentemente, se dedicou pioneiramente ao estudo do desenvolvimento do capitalismo em uma área considerada “periférica” (ainda que tal expressão ainda não houvesse se imposto nos estudos econômicos), como era o caso de sua terra natal, a Rússia.

Lenin abordou com profundidade singular, para além das indicações indiciais legadas pelos iniciadores da tradição marxista, o tema da organização revolucionária. Interpretando com acuidade as circunstâncias políticas de seu tempo, distintas daquelas vivenciadas por Marx e Engels e das conhecidas pela socialdemocracia ocidental, elaborou e pôs em prática um novo conceito de organização política, o partido operário de novo tipo.

Dando seguimento às investigações marxianas acerca das tendências à concentração e monopolização intrínsecas ao processo de reprodução ampliada do capital em seu estágio de livre concorrência, Lenin produziu a mais complexa e completa interpretação sobre o ingresso do capitalismo em sua fase imperialista e as implicações econômicas, sociais e políticas daí resultantes.

A partir das formulações dos fundadores do marxismo acerca da necessidade da conquista do poder pelo proletariado, da conversão da mudança do caráter de classe do estado e sua utilização para a expropriação da burguesia e transferência dos meios de produção aos

trabalhadores na primeira fase da transição ao comunismo, Lenin enriqueceu, tanto de forma teórica quanto prática, a compreensão marxista acerca da forma e das funções do estado proletário no período transicional.

Lenin também desenvolveu, de forma profundamente inovadora, uma teoria sobre a combinação das revoluções proletárias vitoriosas nas metrópoles do capital e aquilo que veio a ser conhecido como as revoluções de libertação nacional dos povos oprimidos da América Latina, África e Ásia como o caminho por excelência para o triunfo da revolução mundial.

Lenin foi, sobretudo, o pensador mais bem sucedido em combinar adequadamente a elaboração teórica e a atividade revolucionária prática, realizando, como nenhum outro, a síntese dialética contida na expressão *filosofia da práxis*, popularizada por um de seus mais importantes discípulos, Antonio Gramsci. Tal síntese encontra-se expressa de forma precisa na máxima lenineana, segundo a qual “sem teoria revolucionária não há prática revolucionária”.

Democracia, revolução e poder popular

Para Lenin, o conceito de democracia deveria ser compreendido em sua acepção etimológica original, uma combinação dos conceitos de *demos* (povo) e *cratos* (poder). Democracia seria, portanto, um regime político caracterizado pelo exercício do poder pelo povo. Um exercício só realizável se as massas trabalhadoras gozassem das mais amplas liberdades políticas. A livre organização dos trabalhadores e a adoção do sufrágio universal seriam instrumentos para o exercício desta *ditadura democrática*. Já o conceito de ditadura, tal como fora compreendido pelos fundadores da tradição marxista, partia de seu sentido original, exercício do poder com atribuições excepcionais, por um período limitado de tempo, passando a designar a essência mesma de todas as formas de estados dotados de recursos repressivos e dedicados a sua utilização. Mais do que isto, a compreensão do estado como um instrumento de dominação em uma sociedade dividida em classes também realça a sua essência ditatorial. Ora, nas condições da vigência da luta de classes, o recurso aos instrumentos e práticas repressivas para a conservação do poder e a realização dos objetivos econômicos e sociais das classes à frente do estado são procedimentos absolutamente normais. Daí a lógica complementariedade entre democracia e ditadura na essência dos estados políticos nas sociedades de classe. Além disto, para além de qualquer

idealização acerca da possibilidade de um desenvolvimento pacífico do processo revolucionário.

Cabe lembrar que, quando Lenin desenvolveu suas elaborações nem o mais liberal dos estados ocidentais praticava o sufrágio universal. Mesmo nas sociedades consideradas mais livres, existiam restrições às atividades de sindicatos e partidos operários, leis repressivas contra greves, censura a publicações, para não falar da completa privação dos direitos políticos das mulheres.

Ao defender que a revolução burguesa russa deveria ser dirigida pela aliança operário-camponesa, instituindo uma ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses pobres, Lenin realizava o aprofundamento de uma tese apenas esboçada por Marx, *a da transformação de uma revolução burguesa em revolução proletária* em um processo ininterrupto, que teria como estação de chegada a revolução proletária.

A teoria do imperialismo

Lenin foi também aquele que levou o estudo dos processos de monopolização do capital a suas consequências mais elevadas, apesar de não ter sido o único e nem mesmo o primeiro a realizar este segundo tipo de investigação.

O conceito de imperialismo foi utilizado, pela primeira vez, em sua acepção corrente, por um economista inglês de formação liberal chamado J. A. Hobson. Sendo um liberal, viu no imperialismo um desvio de percurso em relação aos valores considerados sagrados das livre iniciativa e livre concorrência. Interessado em salvar a economia de mercado desta suposta distorção, preconizou a elaboração pelos parlamentos e a adoção pelos governos de leis antimonopolistas, capazes de restaurar os princípios liberais vilipendiados no processo. Outros autores, inclusive marxistas como Rosa Luxemburg, Hilferding, Kautsky e Bukharin, também analisaram o fenômeno, produzindo obras que foram utilizadas por Lenin por ocasião da elaboração de seu estudo. O diferencial da obra de Lenin, porém, decorre da consistência lógico-conceitual impressa em sua interpretação ao identificar, no advento do imperialismo, um processo orgânico e estrutural do desenvolvimento do modo de produção capitalista com consequências históricas de alcance excepcional. Ela foi, e muito provavelmente ainda é, a mais completa e penetrante análise marxista da economia capitalista mundial. Sua influên-



cia alcançou um nível extremamente elevado dentro e fora da tradição marxista a ponto de eclipsar, em grande medida, os escritos de seus antecessores.

Em sua interpretação, Lenin também aprofundava uma nova perspectiva, já enunciada pelo Marx maduro, segundo a qual o início do processo de ruptura da ordem capitalista no plano internacional não precisaria, forçosamente, ocorrer em seu polo mais avançado de desenvolvimento econômico, mas poderia se dar a partir de uma área periférica, onde suas contradições se mostrassem mais agudas, onde se encontrasse o seu “elo mais fraco” e onde a atuação das vanguardas revolucionárias possuísse um nível de desenvolvimento, organização e capacidade de mobilização das massas trabalhadoras em condições de dirigir a revolução.

A contribuição de Lenin às lutas dos povos, nações e nacionalidades oprimidas

Antes das formulações de Lenin, subsistiam ambiguidades no seio do socialismo internacional acerca do posicionamento a ser adotado em face do colonialismo e daquilo que chamamos hoje de lutas de libertação nacional. Lenin, ao formular a tese do caráter eminentemente internacional do capitalismo em sua fase monopolista e associar a existência do sistema colonial ao exercício do poder da burguesia imperialista mundial, lançou as bases teórico-políticas para o estabelecimento de uma sólida conexão entre as lutas proletárias e as revoluções de libertação nacional. Foi o primeiro a sustentar de forma programática e sem qualquer ambiguidade o princípio do direito dos povos, nações e nacionalidades oprimidas à autodeterminação. Sendo o capitalismo em sua fase imperialista um ente histórico parasitário, destituído de qualquer caráter “civilizatório” ou progressista, a luta contra todos os imperialismos e, prioritariamente, o da própria nação dos revolucionários envolvidos passou a ser vista como um dever fundamental. Foi sob a inspiração destas concepções, que a III Internacional, organizada sob a direção de Lenin, inscreveu no programa do comunismo internacional o dever de apoiar ativamente as lutas de libertação dos povos oprimidos. Por iniciativa do próprio Lenin, a Internacional, já no início de sua trajetória, instituiu organismos destinados a analisar, formular programas e pôr em prática ações concretas de apoio às lutas dos povos “coloniais” e “semicoloniais” das áreas “periféricas” do globo (América Latina, África e Ásia).

Conclusão

Intérprete do imperialismo, estrategista da revolução mundial, 100 anos após o seu falecimento, Lenin vem sendo uma referência incontornável para boa parte daqueles que, tanto nas metrópoles do capital quanto nas zonas periféricas do mundo globalizado, dedicam seus esforços à conquista da emancipação nacional e social dos trabalhadores e povos explorados e oprimidos do mundo.

Bibliografia

ANDREUCCI, Franco. “A questão colonial e o imperialismo”. In HOBSBAWN, Eric J. (org.) História do Marxismo – v. 4. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

DEL ROIO, Marcos. “Lenin e a transição socialista”. Lutas & Resistências, Londrina. N 3, v.2, p. 67-82, 2º sem, 2007.

FERREIRA, Muniz. “Celebrar Outubro, problematizando”. In PINHEIRO, Milton (org.) Outubro e as experiências socialistas do século XX. Salvador: Quarteto, 2010.

GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HO CHI MIN. “O caminho que me conduziu ao leninismo”, in Ho Chi Min – Escritos II (1954-1969). Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1976.

LENIN, V.I. Obras Escogidas en Doce Tomos. Moscou, Editorial Progreso, 1977.

LENIN, Vladimir Ilitch. “Duas táticas da Social-democracia na Revolução Democrática”, in Obras Escolhidas, Moscou: Editorial Progreso – Lisboa: Edições Avante, 1977.

———, El Estado y la Revolución, Moscou, Editorial Progreso, 1979.

———, A Revolução Proletária e o Renegado Kaustsky. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

N’KRUMAH, K. Neocolonialismo Último Estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NIKARONOV, Anatoli. Amílcar Cabral, Lisboa, Edições Sociais, 1975.

* *Professor Titular do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica. Membro do CC do PCB.*

BAHIA: ENTRE O SINCRETISMO E O RACISMO RELIGIOSO



Foto: Amanda Oliveira/GOVBA

Por Amanda Neves

Salvador, protagonista de uma das maiores cenas religiosas do mundo, a festa do Senhor do Bonfim da Bahia, em uma celebração ecumênica ao santo no catolicismo e ao orixá (Oxalá) em tradições religiosas de matriz africana. A cidade também abriga igrejas como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Pelourinho, construída em 1704 por negros integrantes da Irmandade dos Homens Pretos. Em suas celebrações, a igreja possui uma liturgia muito singular, com elementos ritualísticos que mesclam as tradições de fé católica, bem como, instrumentos de percussão muito presentes no candomblé. No entanto, a capital baiana traz consigo as contradições entre fé e intolerância, sendo palco de racismo religioso, a exemplo do incêndio em dezembro de 2022 da estátua de Mãe Stella de Oxóssi, segundo a prefeitura, fruto de vandalismo, a imagem foi restaurada e reinaugurada em agosto de 2023. Outro exemplo desta natureza, foi a morte de Mãe Bernadete em 17 de agosto do ano passado, assassinada na sede da associação quilombola, na comunidade de Pitanga dos Palmares, no município de Simões Filho (Ba), ainda, o caso recente no metrô de Salvador (Ba) em 15 de janeiro deste ano, onde uma jovem candomblecista é verbalmente ofendida por homem cristão por ela estar utilizando fio de contas no pescoço.

Na tentativa de inibir práticas que violem

o direito de crença, foi estabelecido o dia 21 de janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, esta data fixada a partir da lei 11.635/2007. A data homenageia a lalorixá Mãe Gilda, fundadora do terreiro de candomblé Ilê Axé Abassá de Ogum, em Itapuã, na cidade de Salvador (Ba) falecida em 21 de janeiro de 2000, a causa da morte foi devido a problemas cardíacos possivelmente por trauma sofrido diante de agressão verbal e invasão de seu terreiro por praticantes de outras religiões.

Ainda que tais práticas sejam crime no Brasil, é bastante comum que pessoas sofram algum tipo de violência devido à sua manifestação religiosa, de acordo com dados de 2022, o Ministério dos Direitos Humanos apontou que ataques relacionados à religião aumentaram em 45% em relação aos dois anos anteriores. Os dados nos mostram o quanto muitos dos crimes cometidos por esta razão estão relacionados a discursos de ódio, infelizmente bastante crescente no país, sendo legitimado por algumas frentes políticas de extrema-direita que vem assumido o poder, seja no legislativo (por exemplo, Câmara dos Deputados) ou do executivo (por exemplo, Presidência da República).

Ainda que na Constituição Federal de 1988, dispõe acerca da liberdade religiosa, onde ninguém deve ser discriminado/a por



sua fé, contudo, nas experiências sociais é possível perceber inúmeras posturas que se põem contrárias ao que apresenta a Lei. Algumas ações precisam ser tomadas para garantir efetivamente a liberdade das pessoas possuírem ou não alguma crença. Uma das alternativas, maior punição àqueles/as que cometerem algum tipo de violência em razão do exercício da fé da outra pessoa, como já sancionada na lei de 2023 que aumenta a pena de dois a cinco anos de prisão para quem cometer tal ato, alterando esta e outras medidas já previstas na Lei do Crime Racial. Para além da letra da lei, preparo de funcionários e órgãos públicos para atenderem e darem a devida seriedade às denúncias feitas. Outra ação, das mais importantes, adotar como prática cotidiana nas escolas o ensino de história e cultura afro-brasileira para desmistificação e a não demonização das religiosidades africanas e apresentação positiva da população negra em todos os seus aspectos, assim como nas religiões influenciadas pelas experiências de fé advindas de África através dos nossos/as ancestrais africanos/as que formaram e formam a pluralidade de crenças existentes no Brasil.

Fontes

<https://www.mpf.mp.br/pfdc/direitos-humanos-todo-dia/janeiro-1/dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa>

<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/21/dia-de-combate-a-intolerancia-religiosa-completa-12-anos-com-terreiros-sob-ataque>

<https://www.mpba.mp.br/noticia/70559>

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/16/disse-que-eu-estava-com-o-demonio-no-corpo-relata-estudante-criticada-por-usar-colar-de-contas-em-metro-de-salvador.ghtml>

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/12/04/escultura-de-mae-stella-e-o-xossi-e-incendiada-em-salvador.ghtml>

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/10/estatua-de-mae-stella-de-o-xossi-e-reinaugurada-em-salvador.ghtml>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/01/sancionada-lei-que-equipara-injuria-racial-ao-crime-de-racismo>

SUCATEAMENTO E ENCARECIMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO EM SALVADOR



Foto: Caesar Stingelin

Por Gabriel Pereira

O sistema de transporte público em Salvador representa um transtorno para a classe trabalhadora desde sempre, e é um ótimo exemplo de como a burguesia utiliza todos os meios possíveis para lucrar em cima das dificuldades do proletariado.

Com a disputa licitatória de 2015, a tarifa de ônibus passou a ter aumento anual, baseado no IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo). Na época, a tarifa estava no valor de 2,80 R\$ hoje, em 2024, o valor é de 5,20 R\$, sendo a tarifa mais cara entre as capitais do nordeste e umas das mais caras do Brasil.

Infelizmente o reajuste anual na tarifa não se converte em melhorias significativas no setor. Na totalidade dos bairros da cidade a frota de ônibus ainda não foi renovada, o atraso e a superlotação é um problema crônico e a classe rodoviária vive sob constante ameaça de seus direitos e precarização do trabalho pelas empresas dominantes.

O aumento na tarifa vem acompanhado do processo que vamos chamar de "integralização" do transporte urbano. Com o crescimento do Metrô e a chegada do BRT, diversas linhas de ônibus foram sendo extintas no decorrer dos anos, obrigando os usuários dos coletivos a utilizarem mais de uma condução para chegar ao seu destino final, encarecendo ainda mais o transporte urbano.

Esse processo pode até parecer benéfico aos cidadãos que possuem emprego fixo e usufruem do cartão de passagem, mas ele ignora a esmagadora maioria de autônomos e subempregados que para trafegarem pela cidade terão que desembolsar minimamente 10,40 R\$, sem contar com o gasto com seus dependentes. Sendo assim, o que acontece na prática é a inibição dessas pessoas ao direito à cidade, e a transferência desses valores a empresas como Uber e 99pop, que em determinadas situações passam a ser mais em conta que o próprio transporte público.

Se por um lado a licitação de 2015 encarece a tarifa de ônibus em Salvador, a falta de uma licitação é um grave problema no sistema de transporte metropolitano. A tarifa metropolitana é mais cara que a tarifa da capital, não possui padronização visual em suas conduções e o maquinário é extremamente sulcateado, geralmente é reutilizado os ônibus descartados pelas empresas de Salvador, chegando a operar com máquinas com mais de 15 anos de uso. O atraso nas linhas é constante, e por ter uma frota bastante reduzida, menos de 90 ônibus rodando, qualquer atraso representa uma grande lotação nas conduções e atraso de mais de 2 horas para chegada do usuário ao seu destino.

A superlotação, que não é só um problema da linha metropolitana, é mais que um des-



respeito à população que utiliza os coletivos, representa também um risco a saúde de idosos que podem vir a passar mal pelo abafamento e longos períodos de tempo de pé, seja na espera ou dentro das conduções, além de dificultar o acesso para cadeirantes, autistas e gestantes que venham necessitar utilizar os coletivos.

A superlotação nos transportes públicos é mais uma escolha dos administradores que uma consequência da grande massa que o utiliza. Salvador, desde a pandemia, roda com sua frota de ônibus reduzida. Essa escolha fez com que os coletivos viessem a ser um grande roteador da Covid-19 entre a classe trabalhadora.

A frota reduzida é utilizada especialmente nos finais de semana, limitando ainda mais o pouco tempo de lazer que o trabalhador tem em seu dia a dia. É simplesmente mais lucrativo reduzir a frota e segurar a condução na garagem o máximo possível para recolher o máximo de usuários de uma só vez do que colocar 100% da frota na rua em horários bem definidos em benefício da população.

Outro agravante na mobilidade urbana da cidade foi o extermínio do trem da suburbana por parte do governo do estado, sendo substituído pelo VLT, um transporte sobre rodas ultrapassado e que irá golpear o bolso do trabalhador suburbano. O trem, além de ter sido patrimônio histórico da cidade, fazia o trajeto no custo simbólico de 0,50 centavos. Hoje, os moradores têm o ônibus como única opção de mobilidade no valor de 5,20R\$. O VLT, projeto que a anos se estende e que está longe de ser concluído, representa um custo de 5,2 bilhões aos cofres do estado e ainda não se sabe qual será o valor de sua tarifa, mas podemos afirmar que representará um grande assalto ao bolso dos moradores da suburbana.

A extinção do trem da suburbana está única e exclusivamente ligada à prioridade que o estado burguês dá ao lucro de seus cúmplices em detrimento da qualidade de vida da classe trabalhadora, pois compensou mais a burguesia deixar o patrimônio histórico da cidade definhando em ferrugem até seu último dia de funcionamento e vender o monopólio desse setor a alguma empresa aliada, que lucrará milhares de reais entregando um serviço caro a uma população que em sua maioria vive no subemprego e não poderá arcar com o custo tranquilamente.

Apesar dos inúmeros problemas listados, a mobilização popular em prol de uma refor-

mulação do sistema de transportes e pelo passe livre é quase nula e representa um grande desafio aos movimentos de esquerda da cidade.

Questionado sobre a possibilidade do Passe Livre, o secretário municipal de mobilidade urbana reconheceu o crescimento do debate pelo país, mas afirma ser uma ideia utópica a ser aplicada em uma grande cidade como Salvador. E seguindo a linha de raciocínio do prefeito Bruno Reis, solicita verba da federação para que o sistema caminhe minimamente neste sentido.

Apesar de alegar falta de verba para melhorar o serviço de transportes, a prefeitura cedeu às empresas do setor um incentivo fiscal de 202 milhões de reais em novembro de 2023, junto com o reajuste para o valor atual da tarifa (5,20) e mesmo assim, não se vê melhora no funcionamento do setor.

É necessário que se forme uma unidade de ação robusta em torno dessa pauta e se formule um calendário de lutas que busque atrapalhar significativamente o funcionamento da cidade em pontos estratégicos e que consiga atrair não só o Movimento Estudantil mas também os trabalhadores da cidade de modo geral.

A mobilização em torno dessa pauta diz respeito a todos e todas que sentem na pele a dificuldade de lidar com os custos do transporte e a humilhação de passar horas de pé e sufocado pela superlotação, para que o direito ao transporte deixe de ser mercadoria nas mãos de empresários e passe a ser a garantia do lazer e do ir e vir do cidadão a luta tem que ser unificada. Estudante e trabalhador, empregado e desempregado, todos às ruas contra o sucateamento e o domínio empresarial nos transportes!

EDUCAÇÃO PÚBLICA NA BAHIA



Foto: A Tarde

Por Pablo Gabryel

A educação pública na Bahia passa por uma grande crise estrutural, na qual não vemos saída a curto prazo. Esta crise começa com as ideias de enfraquecimento do serviço público em geral, a favor do lucro do capital privado; ou seja, quem sai ganhando diretamente com uma escola pública ruim, são as escolas particulares, que vão desde as pequenas até as grandes redes educacionais que monopolizam o setor universitário, mas também aos poucos chegam no ensino básico. É comum ouvir dos professores mais antigas frases como “no tempo que as escolas públicas eram as melhores”, um passado cada vez mais distante, que remete sobretudo ao período ao qual o ensino básico não era obrigatório, e a classe trabalhadora em sua maioria não tinha acesso ao aprendizado formal.

O sucateamento passa também pela desvalorização do servidor público no geral. E os professores sendo afetados nesse processo. A cada concurso para a contratação de professores pelo estado da Bahia, ocorrem novas retiradas de direitos, como o quinquênio, como o tempo para aposentadoria, como as licenças prêmio, entre outros. Uma educação que se preze, tem que primeiramente valorizar os educadores, pois eles que estarão na atividade diária de ensino-aprendizagem. E dentro da categoria dos professores da rede pública, existe uma divisão, surgida desde os anos 90,

que atualmente são conhecidos por REDAS (Regime Especial de Direito Administrativo), que são professores contratados por meio de editais diferentes, com ainda menos direitos, e sem a estabilidade no serviço, tendo contratos temporários, mas que podem tanto ser prorrogados quase que infinitamente, ou podem ser desfeitos ao sabor da vontade dos gestores da Secretaria de Educação.

Dentro desta categoria existem os REDAS seletivos, que passaram por um concurso, e outros que são os emergenciais, que não precisam de provas para entrarem, e geralmente tem contratos mais curtos, teoricamente seriam para ocupar vagas abertas na escola deixada por professores de licença ou aposentadoria, ocupando até que a SEC mande um professor efetivo ocupar a vaga. Contudo, com o grande déficit de professores efetivos, dado o grande espaçamento entre os concursos (o último realizado em 2022, e o anterior a este foi feito em 2017), é cada vez mais comum terem professores com contratos precarizados nas escolas.

Para termos uma noção concreta da diferença entre os efetivos e os REDAS, poderíamos citar: a carga horária obrigatória em sala de aula para um efetivo num regime de 40h semanais é de 26h em sala de aula; os REDAS só podem ter contratos de 20h semanais (apesar de poderem acumular mais de um contrato de 20h, como seletivo e emergencial ao mes-



mo tempo), tendo que estar em sala de aula durante 16h, caso tenha dois cadastros de 20h, o/a professor/a teria que ficar 32h trabalhando, ganhando um salário inferior, sem direito a auxílio alimentação. Outra diferença é que os efetivos têm direito ao Plano de Saúde para si e para cônjuges e dependentes, o REDA tem apenas para si. Os Redas não tem progressão de carreira, mesmo que eles fiquem o tempo necessário para isso, e também não tem direito ao aumento salarial por avanços na sua formação, como especialização, mestrado ou doutorado; nem mesmo tem a possibilidade de tirar licença para estudo.

Toda esta diferenciação resulta em uma categoria esfarelada politicamente, o que interessa ao governo, pois consegue manter sucateada a categoria sem muitos problemas. Um exemplo mais recente foi a luta dos professores efetivos e aposentados para receber o dinheiro do FUNDEF, popularmente conhecido como precatórios. Este foi um dinheiro direcionado para educação, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, que não foi utilizado por diversos governos estaduais no país. Em 2020, a câmara federal aprovou que o montante não utilizado no período de 1998 até 2006 deveria ser revertido para a categoria dos professores que trabalharam neste período. A primeira parcela do valor só foi paga em 2022, depois de uma paralisação, convocada pela APLB, o sindicato dos professores efetivos, que numa acordo feito às escondidas, aceitou que o pagamento seria parcelado e sem repassar os juros do valor original que ficou guardado desde o tempo da sua implementação, que a esta altura era 8 vezes maior que o valor original.

A pandemia escancarou o quanto é precária nossa educação pública. Inserção digital forçada e totalmente precária por parte dos estudantes e professores, sem nenhum tipo de auxílio do governo, o que resultou em aprovação automática por parte dos estudantes, por dois anos seguidos (2020 e 2021), trazendo um grande déficit no processo de aprendizagem, que vai ser mantido, pelo menos até que toda esta geração que estudou na pandemia se forme.

Como foi dito no início, este pequeno panorama da situação na educação pública na Bahia nos mostra que, apesar de muita propaganda, não existe interesse concreto por parte do governo do estado em prover uma educação de qualidade para a classe trabalhadora, no qual o foco seja a formação pessoal

dos jovens baianos, que preparem para viver bem em sociedade e também para o mundo do trabalho, criando um funil, no qual poucos conseguem se destacar (geralmente os que têm uma estrutura familiar mais organizada e financeiramente mais estável, que em geral são famílias brancas), e terem acesso a formação universitária ou acesso a empregos de melhor qualidade. No fim, a escola pública forma precariamente nossa classe trabalhadora para serem trabalhadores precarizados.

WALTER FIRMO: NO VERBO DO SILÊNCIO,
A SINTÉSE DO GRITO

Foto: Associação Brasileira de Imprensa

Por Rômulo Caires

Desde dezembro do ano passado, Salvador está sendo brindada com uma vasta exposição de obras selecionadas de Walter Firmo. O trabalho do fotógrafo carioca chega ao MAM depois de circular em algumas capitais do Brasil a partir da curadoria e apoio do Instituto Moreira Salles. Quem mora em Salvador não pode deixar de aproveitar o último mês da mostra que reúne diversos momentos da trajetória de um dos maiores artistas brasileiros vivos.

Walter Firmo iniciou-se muito cedo como fotógrafo. Ganhou uma câmera de seu pai, homem negro e nascido de família ribeirinha no Amazonas, região que Firmo retornará posteriormente em expedições por pequenas cidades e povoados no percurso dos rios Amazonas e Solimões. Em 1955 teve seu primeiro vínculo formal ao integrar a equipe do jornal Última Hora e nos anos seguintes irá compor importantes veículos nacionais e internacionais.

Os anos de 1960, marco na cultura popular brasileira, também será uma década fundamental na carreira de Firmo. Em uma espécie de gesto euclidiano, o fotógrafo carioca mergulhará em regiões ainda “esquecidas” pelas autoridades públicas brasileiras. Marcado pela ideia de “fotojornalismo”, Firmo dedicará seus enquadramentos para capturar as paisagens exuberantes, a vida popular local e as violentas disputas políticas no Nor-

te.

É interessante notar como Walter Firmo se dedica a compor suas imagens em preto e branco. Apesar de posteriormente ser muito conhecido pelo trabalho exaustivo e pela vivacidade de suas cores, no preto e branco Firmo parece localizar a possibilidade de expressar dimensões profundas do olhar. Algumas de suas fotos lembram a composição dos surrealistas, como também remontam às imagens do cinema de Bergman. Firmo certamente concordaria com o mestre sueco sobre a força onírica da composição em preto e branco e como tais sonhos podem desvelar os interstícios da própria vida. É também por essas via que ele fixará momentos fundamentais da vida artística brasileira, como em sua famosa fotografia de Clementina de Jesus:



ESPAÇO CULTURAL

Ainda nos anos 60, Firmo trabalhou na revista Manchete e foi enviado como correspondente para Nova York, onde entrou em contato com toda a efervescência das lutas antirracistas nos EUA. A partir de então o tema da negritude se tornará um eixo fundamental de seu pensamento. Pois Walter Firmo defendia a autonomia estética da fotografia, desenvolvia a capacidade dessa tipo específico de arte de produzir formas próprias, capazes de comunicar pensamentos complexos e transmitir formulações críticas. Poderíamos assim caracterizar Firmo não só como um artista mas como um intelectual que pensava a partir da fotografia.

As décadas seguintes foram riquíssimas na vida do fotógrafo carioca. Ele se aproximou cada vez mais do teatro e do cinema, passando a compor suas imagens enquanto verdadeiras encenações. Valorizava a construção cênica e assim extraía elementos dramáticos de suas fotografias. Se já era exímio no trato com o preto e branco, Firmo se destacou pela maestria no trabalho com as cores. Percorreu inúmeras festas populares e eternizou com seu olhar a riqueza da cultura popular brasileira:



São marcantes suas passagens por Salvador, em que pôde capturar de forma muito sensível a vida cotidiana da cidade, principalmente as formas de lazer e uso da cidade pelas pessoas negras:



Além de grande intérprete da vida cotidiana das classes populares, Firmo se destacou pelas diversas fotografias que fez de importantes figuras públicas brasileiras, como de artistas representativos de nossa música. São marcantes os retratos que ilustraram capas de disco de Dona Ivone Lara, Cartola, Clementina de Jesus, Paulinho da Viola, Gilberto Gil, Martinho da Vila, Maria Bethânia, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Djavan e Chico Buarque. Não poderíamos esquecer das famosas fotografias de Pixinguinha, realizadas em companhia do jornalista Muniz Sodré.

Por esses e tantos outros motivos a exposição Walter Firmo: no verbo do silêncio a síntese do grito é imperdível para todos e todas aquelas que desejarem conhecer uma amostra representativa da obra do fotógrafo carioca, além daqueles que se interessam pela riqueza da cultura popular brasileira. Walter Firmo já entrou para a história como um de nossos mais talentosos artistas e ainda nos brinda com a sua jovialidade e presença marcante na cena cultural brasileira e mundial. Seu trabalho continuará vivo não só nas fotografias que nos deixa, mas também no seu labor contínuo de professor de fotografia e cinema e pedagogo do ofício artístico.